

Janguismo sem Jango: O golpe militar de 1964 nas páginas da Revista Catolicismo

Ianko Bett*

1 Introdução

O objetivo principal do artigo é apresentar uma análise das interpretações do golpe militar de 1964 possíveis de serem lidas na Revista *Catolicismo*, mensário editado desde 1951, o qual foi o berço dos membros que, mais tarde (1960), juntamente com Plínio Corrêa de Oliveira e os bispos D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer fundariam a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Pode-se considerar que o grupo da Revista *Catolicismo* foi uma das vozes conservadoras mais ativas e “barulhentas” a demarcar seu posicionamento no cenário político em disputa¹.

Quando da eclosão do golpe militar, no dia 31 de março de 1964, o ambiente e as condições para o evento estavam postos. O último fato que marcou o acionar do gatilho para a quebra institucional se deu com a conhecida “revolta dos marinheiros”, e as medidas adotadas por João Goulart em relação ao episódio². O período que compreendeu a sua posse até a sua destituição foi caracterizado pela polaridade política que se fez presente em diversos setores e instituições, com destaque para o catolicismo (MOTTA, 2002). Ao passo que cresciam em números e intensidade as organizações de esquerda, muito em função do impacto da Revolução Cubana no continente, os grupos conservadores, com grande participação de parte do catolicismo nacional, se mobilizaram sob a ótica anticomunista, buscando com isso combater a tão temida infiltração comunista. Essa foi a tônica que demarcou o período do governo de João Goulart, o qual é considerado por Rodrigo Motta (2002) como o “segundo grande surto anticomunista”³ no cenário social e político brasileiro.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS, sob orientação do Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira. Bolsista CAPES.

¹ A pesquisa faz parte de um projeto maior que analisa o anticomunismo difundido por entidades católicas no Brasil e na Argentina na década de 1960. Trata-se do trabalho de pesquisa de doutorado intitulado “Catolicismo e Cruzada: Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960-1970)”. A análise apresentada neste artigo é provisória, fruto dos primeiros resultados da pesquisa em andamento.

² O movimento se caracterizou pelo ato de indisciplina dos líderes da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, os quais realizaram uma Assembleia na sede dos Sindicatos dos Metalúrgicos. O ministro da Marinha, Sílvio Mota, ordenou que um contingente dos fuzileiros navais prendesse os líderes do movimento. Os marinheiros recusaram a obedecer e parte das tropas enviadas aderiu ao movimento. Depois de resolvido o impasse, o resultado desse ato foi o afastamento do ministro Sílvio Mota pelo Presidente João Goulart, sendo substituído pelo almirante Cândido Aragão, oficial com postura política esquerdista (MOTTA, 2002).

³ O autor considera o período entre 1935 a 1937, contexto que marcou o episódio da Intentona Comunista, como a “primeira grande onda anticomunista” a eclodir no Brasil. Portanto, as distinções entre as grandezas se estabelecem por suas periodicidades, não levando necessariamente em conta a intensidade das manifestações anticomunistas.

Em maio de 1964, a edição 161 da Revista *Catolicismo* chegava às bancas trazendo visões e opiniões sobre o ambiente político/social que culminou com a destituição de Jango. A quase totalidade de matérias da edição fez menção direta ou indireta ao episódio, desde a matéria de capa, até a última matéria, publicada na contracapa da Revista. O fato de somente no mês de maio ter havido matérias sobre o golpe indica que o período de preparação da publicação durou, ao menos, 30 dias. Levando em conta esse intervalo de tempo, bem como o tema que foi privilegiado na edição, tem-se configurada uma certa disposição em publicar a opinião e a visão sobre os acontecimentos, estabelecendo, em cima desse “oportunismo”, novas considerações, não tão focalizadas no “calor do momento” (aos moldes da grande imprensa, por exemplo), o que pôde proporcionar um maior poder de organização e planejamento das matérias a serem publicadas.

A capa da edição trouxe a imagem de uma medalha de “Nossa Senhora dos Prazeres de Guadalupe”, considerada pelos editores como uma das “invocações marianas de maior importância em nossa história.” A Santa em questão representa a expulsão dos holandeses, em 1648, do território nordestino, fato histórico que é a marca institucional da fundação do Exército Brasileiro. De acordo com a matéria de *Catolicismo*, a vitória contra os holandeses representou o estancamento da forma com que o processo revolucionário⁴ se manifestava na época, o protestantismo. Não foi sem propósito ou mera coincidência essa lembrança, uma vez que, na visão do grupo de *Catolicismo*, a revolução continuou a se expandir pelo mundo sendo, na década de sessenta, sintetizada principalmente no marxismo-leninismo, “ateu, materialista e por isso mesmo visceralmente oposto à tradição hierárquica do ocidente”. Desta forma, o golpe militar foi interpretado enquanto um movimento semelhante à expulsão dos holandeses, protestantes e hereges, pois era preciso agradecer a Santa pela “vitória alcançada contra os que recentemente tramavam a bolchevização do Brasil” (EDITORIAL, O magistral estudo de Plínio Corrêa de Oliveira, 1964a).

Também parece não ser sem propósito que a Revista trouxe em suas páginas uma edição ampliada do texto “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista”⁵ de autoria de Plínio

⁴ Resumidamente, a noção de Revolução era entendida a partir do resultado do avanço do processo modernizante que se iniciou com a Reforma Protestante e o Renascimento, teve um impulso significativo com a Revolução Francesa e, com uma carga simbólica mais significativa, a partir da Revolução Russa. O pensamento antimoderno do catolicismo foi influenciado por diversas linhas de reflexão, especialmente ultramontanismo (século XIX) e integrista (século XX) e, segundo Caldeira (2009: 55) “respondia de maneira negativa ao mundo moderno e suas exigências [...] este pensamento teve grande repercussão entre muitos católicos [...]”

⁵ O texto original foi publicado em agosto de 1963, na edição de número 152 de *Catolicismo*. Plínio assim definiu a reedição: “essas ampliações foram introduzidas a pedido de amigos, ou para responder a objeções de adeptos da tese oposta à que o presente estudo propugna.”

Corrêa de Oliveira, a qual ocupou mais da metade do espaço da revista. Entende-se que, ao trazer esse estudo, dando ênfase para temas específicos, que faziam relação direta com questões políticas imbricadas no governo deposto, indica que os editores de *Catolicismo* não interpretaram a derrocada de Jango como um ato que consolidasse a luta contra a ameaça comunista. Além disso, a escolha da publicação implicou numa advertência aos católicos (leigos ou hierarquizados) no que tange a manutenção de um estado de vigilância permanente sobre o comunismo (ou aquilo entendido enquanto tal), principalmente quando os principais assuntos separados para a reedição se concentraram na “coexistência” entre católicos e comunistas e na questão da propriedade privada⁶, esta última fazendo clara referência com as “reformas de base” de Jango. Na passagem em que o editorial comenta os propósitos da publicação é possível visualizar essas questões:

Conclusão de soberana importância para consolidar na luta inexorável contra o comunismo – e os subprodutos deste, como sejam as reformas de base socialistas e confiscatórias – a unanimidade dos católicos brasileiros, o termo a que chega o estudo do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira equivale a um ardente apelo a que, sob proteção de Nossa Senhora dos Guararapes, O Brasil derrote sempre no porvir a Revolução, como já a esmagou no século XVII. Publicamos, pois, este estudo como expressão do vivíssimo anelo de “Catolicismo” no sentido de que o país permaneça sempre infenso aos inimigos de Maria Santíssima. (EDITORIAL, 1964a)

As outras matérias publicadas na edição 161 trouxeram um posicionamento mais direto e explícito dos membros da Revista em relação ao golpe militar. Desde seus títulos, “Janguismo sem Jango” e “A revolução anticomunista, glória do povo brasileiro”, é possível identificar alguns aspectos referente ao posicionamento político da revista e a devida importância que foi dada pelos autores no que diz respeito à deflagração do golpe, especialmente levando em conta a possibilidade de divulgarem novas interpretações e reinvenções⁷ do acontecimento “golpe militar”.

⁶ Escreveu o autor: “o claro conhecimento do princípio da propriedade privada, e o respeito desse princípio na prática, são absolutamente indispensáveis para a formação genuinamente cristã das almas”

⁷ De acordo com Durval Muniz de Albuquerque (2011: 257), a noção de invenção busca ressaltar a construção de algo em um dado momento, “pelos homens, pelas relações sociais, que foi construído no campo da cultura, no campo do pensamento, que emergiu a partir de ações humanas”. Ainda segundo o autor, a noção de invenção serve para: “[...] destacar o acontecimento, para reforçar essa ideia de que as coisas surgem historicamente num dado momento, a partir de um conjunto de fatores, um conjunto de relações [...] ressaltar a historicidade, tanto dos objetos quanto dos sujeitos, de analisar como eles são construídos, [...] como são produtos de um processo histórico, produtos de uma construção que se dá no tempo”.

Cabe, neste momento, em cima dessa apresentação inicial, analisar cada uma das matérias, suas interligações e o modo como proporcionaram uma difusão de representações⁸ no que tange ao “problema comunista” no país. Para tanto, a análise foi dividida em duas partes. A primeira trata de analisar alguns aspectos da reedição do texto de Plínio, especialmente aqueles que estariam em maior sintonia com as problemáticas vindas à tona, com maior força, a partir da deflagração do golpe militar. No segundo momento propõe-se apresentar um esboço das possíveis interpretações do grupo de Catolicismo acerca da realidade política do contexto, e como estas impulsionaram uma visão específica no que tange à luta anticomunista. Não é propósito do trabalho buscar uma visão homogênea e definitiva das opiniões de Catolicismo sobre o episódio, contudo, propõe-se levantar elementos que possibilitem o entendimento das estratégias utilizadas para a construção de uma realidade que, na ótica dos autores da revista, em última instância, tratou de imprimir a importância do combate ao comunismo.

2 A “coexistência pacífica” e as portas para a infiltração comunista

Já foi mencionado que a reedição do texto “A liberdade da Igreja no Estado Comunista” respondeu uma função tática vinculada diretamente às necessidades do grupo de Catolicismo em reforçar o combate ao comunismo, tendo em vista a eclosão do movimento militar. A partir dessa constatação de intenções, a qual foi confirmada pelo próprio editor da matéria, tem-se a necessidade de descortinar quais aspectos foram aprofundados e que implicaram na valorização da reedição enquanto mensagem oportuna para aquele momento.

Cabe mencionar, ainda, mais uma palavra inicial referente ao modo como o texto de Plínio, transformado em matéria da Revista, está sendo entendido neste estudo. Em primeiro lugar, entende-se que Plínio construiu sua argumentação baseada em alguns pilares determinados, quais sejam, na sua fé católica, numa postura tradicional e integrista,⁹ e o modo

⁸ A noção de Representações, neste trabalho, está fundamentada no arcabouço teórico desenvolvido pelo historiador Roger Chartier (1998, 1991) o qual as identifica enquanto classificações, divisões e delimitações que organizam as categorias de percepção do real que são, ou que devem ser, apreendidas pelo mundo social. As representações coletivas indicam a potencialidade de se pensar, conforme apontou Pesavento (2005: 39) “enquanto matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real.” Nesse enfoque teórico específico, as representações indicam as possibilidades de trazer à tona os embates e as disputas político-ideológicas dos grupos, uma vez que são através das lutas de representações que esses grupos buscam impor as suas concepções de mundo social aos seus “outros”. É preciso constatar que as representações não são contrárias e nem se opõem ao real, mas elas, conforme Carvalho (2005: 151) se constituem através de várias determinações sociais para, em seguida, tornarem-se matrizes de classificação e ordenação do próprio mundo social, do próprio real.

⁹ Conforme Zanotto (2007: 04) “trata-se de uma corrente doutrinária do catolicismo que prima pela luta contra o mal que há cinco séculos destrói a Cristandade a Revolução, pela defesa incondicional e absoluta ao papado, e

como esta possibilitou um enxergar específico da realidade social e político que estava inserido. Esta realidade esteve permeada de situações que colocavam à prova a sua combatividade frente ao mundo moderno, à secularização, à laicização, e, na ótica dos integristas (especialmente na década de 1960), a mais repugnante manifestação da modernidade: o comunismo. Seu propósito não era somente alertar os católicos sobre as táticas de infiltração do regime comunista, mas, também, alertar sobre um crescente número de simpatizantes da doutrina dentro do próprio catolicismo, conforme as suas próprias palavras destinadas a desenhar uma “conclusão prática” de seu texto:

Para aniquilar as vantagens que, no Ocidente, o comunismo já vem alcançando com seus acenos de uma certa distensão no terreno religioso e social, é importante esclarecer a opinião pública sobre o caráter intrínseca e necessariamente fraudulento da ‘liberdade por ele concedida à religião, e sobre a impossibilidade da coexistência pacífica de um regime comunista – ainda que moderado – com a Igreja Católica.’ (OLIVEIRA, A liberdade da Igreja no Estado Comunista, 1964)

Dando início à análise da matéria propriamente dita, desde o seu início tem-se uma pequena apresentação dos *fatos* que teriam mobilizado a construção do texto. Num total de três, estes fatos ficaram circunscritos, em primeiro lugar, nas relações dos governos comunistas com os católicos, dando conta, inclusive, de enfatizar e demonstrar alguns aspectos da “doutrina marxista”: “Segundo a doutrina marxista, toda religião é um mito que importa na ‘alienação do homem a um ente superior imaginário [...]’”.¹⁰ Também, dentro desse primeiro ponto, foram explicitadas algumas táticas utilizadas pelos comunistas para subdeterminar a influência da religião na sociedade por eles dominadas, quais sejam, “manter em relação aos cultos ainda não supressos uma atitude de tolerância odienta [...] cerceamento contínuo de suas atividades [...]” (OLIVEIRA, 1964), além de infiltrar as hierarquias eclesiásticas como forma de transformar “disfarçadamente” a religião em veículo do comunismo.

O segundo e o terceiro *fatos* possuem, entre si, uma interligação mais direta, pois ambos situam, de maneira geral, como os católicos deveriam agir frente à opressão comunista e, também, alertam para sobre as “novas matizes” das atitudes de alguns governos comunistas

pelo estímulo a uma intervenção política ativa dos católicos nas instituições visando cristianizá-las”. Ainda, conforme a autora (2001: 194) os integristas se caracterizam por serem “contrários a qualquer forma de modernismo — cultural, político, econômico, social -, a única solução aceitável seria um retorno à ordem social cristã, em especial, a urna ordem baseada na cristandade medieval do século XIII, quando a Igreja desempenhou um papel de ordenadora da sociedade e possuía influência em todos os âmbitos da comunidade fazendo prevalecer, assim, a tradição cristã em toda esfera social.”

¹⁰ Essa parece ser uma característica muito presente nos textos anticomunistas do grupo de Catolicismo, qual seja, trazer e utilizar o discurso do outro de uma forma que em si seja possível a sua desqualificação.

(foram mencionados os governos da Rússia, Polônia e Iugoslávia) para com os católicos. Estes governos estariam conservando a adesão ao marxismo-leninismo, contudo, passariam a “admitir uma liberdade de culto mais amplo, e a conceder um trato sem violência e, de alguns pontos de vista, quase correto à religião” (OLIVEIRA, 1964).

É a partir destes *fatos* e dessas problemáticas que o texto foi desenvolvido, tendo como o cerne central a licitude dos católicos em aceitar o “modus vivendi” do regime comunista. Para além dessa questão que, num primeiro momento, parece ficar restrita aos católicos inseridos na “cortina de ferro”, a grande preocupação é o modo como essa “tolerância” ao comunismo poderia repercutir nos católicos do ocidente. Ao conduzir a argumentação por esse prisma, o autor, de certa forma, apresentou um tipo de mensagem de alerta que pareceu estar articulada com a conjuntura (não esquecendo que o texto original é de 1963) que desencadeou nos problemas nacionais que culminaram com o golpe militar:

[...] quaisquer que sejam os motivos táticos que determinem a aludida mudança de atitude de alguns governos comunistas em relação aos vários cultos, o fato é que a tolerância religiosa que atualmente praticam, e que sua propaganda anuncia de modo exagerado a todo mundo, já vem trazendo um benefício enorme: em face da alternativa que ela cria, as opiniões dos meios religiosos se vêm dividindo quanto à orientação a seguir, e com isto vai se rompendo o dique de oposição maciça contra o comunismo [...]. (OLIVEIRA, 1964)

A principal fissura desse “dique” anticomunista, na opinião do autor, pareceu residir justamente no próprio catolicismo, concentrada, especificamente, nos grupos considerados “católicos de esquerda”, os quais seriam os responsáveis pela crescente debilidade das ações anticomunistas. Forjando um cenário hipotético extremo (guerra nuclear universal) o autor descarregou todo o seu pessimismo em relação às possíveis atitudes dos católicos ainda “livres” do ocidente:

[...] todos ou quase todos os países não sujeitos ainda ao jugo marxista, milhões de católicos, que ainda ontem morreriam de bom grado em exercícios regulares ou em guerrilhas, para evitar a implantação do comunismo em suas pátrias, ou para derrubar caso estivessem chegado a conquistar o poder, já hoje não sentem igual disposição. (OLIVEIRA, 1964)

Os temas das “atitudes dos católicos ocidentais” bem como da “hecatombe nuclear” foram recuperados no decorrer da publicação quando o próprio autor estabeleceu as possíveis utilidades e potencialidades de seu estudo, respondendo algumas alegações preliminares, formuladas por si mesmo. Uma dessas alegações foi direcionada no intuito de verificar as importâncias do estudo para o ocidente. Segundo Plínio, “mais vale prevenir um mal do que

remediá-lo”. Ele se pergunta (e pergunta ao leitor) sobre qual o caminho a ser seguido tendo em vista as seguintes opções: “a guerra moderna, interna e externa, convencional e termonuclear, com todos seus horrores, ou a aceitação de um regime comunista?” (OLIVEIRA, 1964). A resposta dada para a questão apresenta todo o sentimento de reprovação e repugna do autor em relação ao comunismo, mas também se configura num grande chamado aos católicos para lutarem contra a possibilidade de perder aquilo que proporcionava sentido às suas vidas:

[...] somente se se considerar que tal coexistência é impossível, e que a implantação do comunismo representa grave risco de extirpação completa ou quase completa da Fé em determinados povos, só então o mal menor será a aceitação da luta. Pois a perda da Fé é um mal maior do que o perecimento de tudo quanto a guerra atômica pode exterminar.(OLIVEIRA, 1964)

Portanto, para não renunciar ao direito de professar a sua fé, os católicos deveriam combater as causas de um possível confronto nuclear entre o “ocidente” versus comunistas. As causas estavam localizadas justamente na “corrupção das ideias e dos costumes [...] a oposição cada vez mais frequente entre as leis positivas e a Lei de Deus”, ou seja, de acordo com Plínio, as causas estariam localizadas na inércia dos católicos em defender a propriedade e a família, em nome de uma coexistência com o comunismo: “Sacrificar uma ou outra (família e propriedade) para evitar a catástrofe [...] para viver num mundo transformado em uma imensa senzala de escravos atirados a uma promiscuidade animal”. (OLIVEIRA, 1964)

Como é possível perceber, na passagem separada anteriormente, os argumentos de Plínio Corrêa acabam se destacando pelo modo apelativo e finalista com que desenham a realidade dentro de uma perspectiva imagética de profunda expansão comunista. Entende-se essa tática enquanto uma estratégia que buscava, de certa forma, incutir um sentimento de medo e de pavor a fim de mobilizar ações. É preciso ressaltar que esse modelo de prática discursiva não foi acionado somente no contexto político de 64, o que, de certa forma, implica em relativizar o impacto do golpe sobre o grupo de Catolicismo na defesa da luta anticomunista. Entretanto, em que pese essa regularidade discursiva ter sido a tônica da Revista, entende-se que o próprio contexto político acabou reposicionando e ressignificando esse discurso anticomunista, especialmente quando se observa as disputas políticas e ideológicas inseridas no ambiente católico¹¹. Na passagem a seguir é possível verificar essa

¹¹ A historiografia mostra que, no quadro desenhado no contexto do golpe militar, é possível visualizar grupos de bispos que apoiaram as reformas e um núcleo à direita que pregou, inclusive, uma resistência armada a qualquer reforma, sobretudo à reforma agrária. Beozzo (2005: 27) demonstra a disjunção interna do catolicismo brasileiro

inflexão discursiva quando, após representar o comunismo como o maior mal de todos os males, o autor convocou os católicos para a ação, fazendo eco às justificativas de uma postura que não permita o menor sinal de aproximação com o comunismo ou comunistas, aspecto muito debatido no contexto do golpe militar:

Ao longo de toda a História não há exemplo de pressão mais completa em seu conteúdo doutrinário [...] mais brutal em suas horas de ação violenta que a exercida pelos regimes comunistas [...] Num estado assim totalmente anticristão não há meio de evitar essa influência senão instruindo os fiéis sobre o que ele tem de ruim [...] a Igreja não pode, pois, aceitar uma liberdade que implique em renunciar sincera e efetivamente ao exercício, franco e eficiente, de sua função apologética.(OLIVEIRA, 1964)

Conforme mencionado anteriormente, o texto de Plínio Corrêa de Oliveira se caracteriza por trazer diversas situações hipotéticas referentes ao cenário político e social decorrentes do entendimento de uma amplitude da coexistência pacífica entre comunismo e catolicismo. Por um lado, esse modelo discursivo implica em trazer ensinamentos sobre o comunismo, suas possibilidades táticas, estratégicas, sua doutrina e seu modo de expansão. Por outro lado, as situações hipotéticas também podem estar ancoradas no modo como o grupo de Catolicismo avaliava a postura dos católicos frente aos perigos de uma aproximação com o comunismo. Numa de suas “objeções”¹², por exemplo, Plínio Corrêa projeta aquilo que poderia ser um modo de entendimento (equivocado, a seu ver) sobre como lidar com o comunismo: “Sendo o comunismo tão antinatural. Tem uma existência necessariamente efêmera. Assim, a Igreja poderia aceitar um ‘modus vivendi’ com ele, apenas por algum tempo, até vê-lo cair de podre, ou pelo menos se atenuar”. (OLIVEIRA, 1964) Contra esse modo de agir, contra esse pensamento presente em alguns católicos, o autor diferiu seu prognóstico informando o impacto desse modelo, que acarretaria em vantagens para o comunismo:

em 1964: “Quando aconteceu o golpe, a Igreja ficou um pouco paralisada. Como estava dividida internamente, não se pronunciou, nem no dia 31 de março, nem no dia seguinte, nem na semana seguinte. Só quatro semanas depois, houve uma reunião do Conselho Permanente da CNBB, que era formado pelos arcebispos, pelos cardeais e pela direção da CNBB, somando umas 28 pessoas. Eles discutiram, durante três dias, sobre os dois rascunhos de declarações e não chegaram a um acordo. Um rascunho havia sido redigido por Dom Sigaud, que era o arcebispo de Diamantina, dizendo que agradecia a Deus pela intervenção dos militares, que haviam salvo o País do comunismo. O outro foi redigido por Dom Helder Câmara e denunciava as prisões arbitrárias, a tortura e que estavam perseguindo os militantes da Igreja, prendendo-os injustificadamente.”

¹² O texto é composto por algumas objeções, as quais tiveram por função demonstrar os considerados principais erros dos católicos.

Pois se formariam novas gerações de católicos mal preparados, tíbios [...] com a mente e o coração encharcados de todos os erros do comunismo. Em suma, católicos na aparência e na superfície, comunistas nas camadas mais profundas e autênticas de sua mentalidade.(OLIVEIRA, 1964)

Outra objeção aludida pelo autor disse respeito sobre o posicionamento dos Papas, especialmente João XXIII, acerca da relativização em relação à condenação ao comunismo. Este foi um tema que causou profundos debates dentro e fora do catolicismo, principalmente pelo modo com as chamadas encíclicas sociais (*Mater et Magistra* e *Pacem in terris*) acabaram sendo apropriadas pelas diversas correntes de pensamento teológico e político¹³. Ao se referir sobre João XXIII e seus escritos, Plínio afirmou: “o próprio pontífice, reafirmando na Encíclica ‘*Mater et Magistra*’ as condenações fulminadas por seus antecessores contra o comunismo, deixou bem claro que não pode haver uma desmobilização dos católicos em face deste erro [...]” (OLIVEIRA, 1964). Para congregar um número maior de “provas” sobre uma opinião oficial da igreja em relação ao comunismo, Plínio também trouxe passagens do Papa Paulo VI e de artigos do “*Osservatore Romano*”. De outra parte, é preciso mencionar outra estratégia utilizada no esforço empreendido para desqualificar a visão que preconizava uma certa distensão dos pontífices em relação ao comunismo: trazer as próprias palavras dos comunistas, especialmente aquelas “assinadas” por altos representantes do governo soviético. Plínio trouxe várias dessas passagens publicadas em jornais brasileiros, onde teriam sido ressaltadas, por parte dos comunistas, impossibilidades de “uma trégua ideológica”. A partir delas conclui: “nestas condições, é bem evidente que a Igreja militante não renunciou, e nem poderia renunciar, à liberdade essencial para lutar contra seu terrível adversário” (OLIVEIRA, 1964).

3 Revista Catolicismo e o golpe militar de 1964

No que diz respeito às visões/interpretações diretas e específicas, relacionadas ao golpe militar, *Catolicismo* publicou três matérias. Cada uma, a seu modo, tratou de apresentar diversas considerações sobre o tema do comunismo relacionado ao governo de João Goulart e aqueles considerados seus aliados. Esta seção do artigo analisará as três matérias separadamente com o objetivo de dar maior visibilidade para o processo operacionalizado na construção discursiva. Entende-se que cada matéria, mesmo trazendo questões e argumentos que se aproximavam em vários aspectos, articulou e promoveu, no ato operativo da própria

¹³ Sobre uma das facetas das disputas em torno do significado das encíclicas ver Bett (2011)

construção, diferentes realidades e diferentes formas de inserir a problemática comunista neste real.

“Janguismo sem Jango” foi o título da matéria que repercutiu a aprovação de um “substitutivo” (no dia sete de abril) sobre reforma agrária na Câmara Federal da época. Essa aprovação foi entendida como uma “rasteira” de autoria de “prosélitos da reforma agrária socialista que fazem parte da Câmara”. De acordo com o autor, o referido substitutivo acarretaria num “grande passo no sentido de reduzir a lavoura brasileira a escrava do Estado, tal como acontece na URSS, em Cuba, etc.”, justamente no momento em que se mostrou uma “magnífica e sadia reação nacional contra o comunismo” (EDITORIAL, Janguismo sem Jango, 1964b), ou seja, o processo de derrocada de João Goulart da presidência.

A matéria trouxe para o debate a obra “Reforma Agrária Questão de Consciência” (adiante RA-QC), não só como principal balizadora das ideias difundidas, mas também como exemplo de obra calcada em princípios éticos e morais na questão do debate agrário. Constantemente evocada como modelo de estudo sobre o assunto, serviu de mote para seus autores¹⁴ na elaboração de um manifesto que acabou sendo entregue aos deputados e senadores do legislativo brasileiro. Antes de passar para a análise da matéria, cabe chamar atenção para a explanação de uma isenção político-partidária do manifesto, uma vontade, por parte dos autores, de se mostrarem neutros no debate, que, em última instância, fornece um caráter legitimador e “científico”, portanto a “verdade”, sobre o tema da reforma agrária:

O documento lembra, inicialmente, a condição de seus signatários, que, alheios às lutas partidárias e não tendo qualquer interesse pessoal a defender na questão agrária, visam tão somente, com seu novo pronunciamento, servir os princípios em prol dos quais publicaram, há três anos, o livro 'Reforma agrária questão de consciência'.(EDITORIAL, 1964b)

Sobre o substitutivo, especificamente, os autores afirmaram com veemência a sua periculosidade: “Ele instaura no Brasil uma ditadura agrária cem vezes mais férrea do que todos os regimes autoritários por que tem passado o País. Ele confere ao Presidente da República um poder discricionário sobre todos os fazendeiros [...]” (EDITORIAL, 1964b). Tendo como base esse quadro, de profunda oposição ao substitutivo, é preciso voltar os olhos da análise para uma tentativa de interpretar todas as inflexões discursivas impressas no texto em questão. Um primeiro aspecto a ser ressaltado é o fato dos autores do livro RA-QC e

¹⁴ Os então Bispos D. Castro Maier e D. Sigaud, Plínio Corrêa de Oliveira e Luiz Mendonça de Freitas, economista.

também do manifesto, entregue aos deputados e senadores, demonstrarem seu poder de combatividade quando se estava em jogo, pelo menos nas suas visões, os rumos políticos do país, especialmente se, nestes possíveis rumos, existissem quaisquer sinais de ameaça comunista.

De outra parte cabe mencionar a própria relação entre o título da matéria com o seu conteúdo. Essa questão repercute diretamente na visão do grupo Catolicismo sobre o processo que culminou com o golpe militar e a sua consequência não efetiva no que tange ao afastamento do perigo comunista. No próprio título (Janguismo sem Jango) é possível estabelecer um quadro que sinaliza que a “vitória militar” não representou uma total destruição da ameaça comunista, o que decorre em problematizar a visão de que grupos de direita e extrema-direita do cenário político se organizaram, como um bloco homogêneo, com o único propósito de derrubar João Goulart e que a questão comunista não passava de um engodo fabricado por estes para mobilizar a população. Na passagem a seguir, fica explicitada a visão de que o perigo era presente, mesmo com Goulart deposto:

E, supremo paradoxo, é para pôr nas mãos do chefe de Estado tal soma de poderes que, aprovando tal projeto, confluíam os partidos políticos que acabam de derrubar o Sr João Goulart. Eles criaram uma ditadura econômico-social de sentido totalitário e janguista. Jango teria caído e o janguismo triunfado. (EDITORIAL, 1964b)

Além desse aspecto, também parece pertinente salientar o próprio entendimento da representatividade do perigo que acabou não ficando concentrada apenas na figura do ex-presidente. Na visão difundida em Catolicismo, o perigo comunista foi redimensionado, demonstrando que além de Jango, o seu legado implicaria uma constante vigilância, mesmo por que, conforme explanaram os autores do manifesto, o momento era de “suprema confusão, de grandes esperanças e não menores perigos para a nacionalidade” (EDITORIAL, 1964b).

Fazendo fronteira com a matéria “Janguismo sem Jango”, uma outra foi publicada trazendo a reprodução das “oportunas declarações” de D. Sigaud direcionadas para o então vice-presidente José Maria Alkmim, Essa declaração, de acordo com a matéria, acabou tendo uma ampla difusão na imprensa nacional, e foi considerada pelo editor de “extrema importância” para o esclarecimento da população em relação aos riscos que o Brasil correu no processo de crise institucional: “parece essencial recolher o corajoso depoimento do Prelado, para abrir os olhos dos católicos que ainda não tenham aberto, sobre a verdadeira natureza e

gravidade do perigo que o Brasil correu” (SIGAUD, Oportunas declarações de um prelado, 1964).

O grande diferencial dessa matéria é perceptível a partir do modo como o discurso de D. Sigaud transmitiu uma opinião taxativa e direta em relação ao seu entendimento do processo que levou à derrocada de Jango: “realmente, o Governo que acaba de ser deposto estava preparando a entrega da Pátria à Rússia. Nós todos brasileiros víamos estarecidos esta suprema traição” (SIGAUD, 1964). A postura apresentada por D. Sigaud, que imprimiu uma tonalidade argumentativa mais radical, pode ser compreendida justamente por ser um texto que já se sabia seu destino: ser difundido na grande imprensa nacional. É preciso considerar que o público a ser atingido pela mensagem se diferenciava (numericamente e qualitativamente) em relação ao público leitor de Catolicismo. Daí, um texto que difundiu, sem maiores exposições teóricas, a “verdadeira periculosidade” (grifos meus) e influência que o momento de instabilidade institucional repercutiu na questão comunista. Essa proposição pode ser percebida em todo o discurso de D. Sigaud, mas a passagem a seguir exemplifica bem a questão: “e a perspectiva de vermos nossa Pátria escravizada e transformada em satélite da Rússia fazia ferver de indignação o nosso coração e significava para todos os legítimos brasileiros um brado de convocação às armas para a defesa da Pátria” (SIGAUD, 1964).

Entrando em sintonia com as demais manifestações de Catolicismo sobre a interpretação da realidade daqueles momentos conturbados politicamente, o texto de D. Sigaud também versou sobre as temáticas caras aos católicos: a relação igreja/comunismo e a questão da reforma agrária. Sobre a relação da igreja/comunismo afirmou:

[...] não era somente a Pátria que estava sendo vendida ao imperialismo soviético. Preparavam também para a igreja o calvário do seu martírio. Nós, brasileiros, filhos da Santa Igreja, víamos brasileiros desnaturados preparar os instrumentos com que a igreja ia ser martirizada. (SIGAUD, 1964)

Sobre a questão da reforma agrária, também se reportou ao texto RA-QC imputando na questão da terra o principal meio para a propagação comunista. Inclusive, cabe destacar, o próprio editor da matéria chamou atenção do leitor sobre a inflexão proposta no texto de D. Sigaud: “Importa, além disso, notar estas palavras sabias sobre o nexa entre o agro reformismo confiscatório e os propósitos de bolchevização do Brasil”. Eis o argumento de D. Sigaud: “Sabíamos que a porta pela qual o comunismo queria entrar em nossa Pátria era a reforma agrária confiscatória. Por isto decidimos impedir este tipo de reforma, e atacar todas as chamadas – ‘reformas de base’ janguistas.” (SIGAUD, 1964)

Com o objetivo de destacar a “essência” do movimento que derrocou João Goulart, o editor da matéria repercutiu a opinião do Bispo de Campos. Nessa passagem, o texto possibilita elencar mais alguns elementos que podem proporcionar uma melhor percepção da realidade apresentada através da Revista, especialmente a difusão da ideia de que a derrocada de Goulart foi resultado de um projeto de uma “nação católica” (grifos meus). Se, como apontou Catolicismo, o movimento teve à frente figuras da projeção de cardeais do Rio de Janeiro e da Bahia (religiosos), do General Mourão, General Guedes e do Coronel José Geraldo (militares), José Maria Alkmim (político), a essência, o sentido e a sustentação do movimento se deu “com base em todas as camadas sociais, que bem representou a inexorável e fundamental repulsa do País ao comunismo em todos os seus aspectos [...]” (SIGAUD, 1964). A difusão desse aspecto congregando a ideia de “nação católica” remonta aos primeiros movimentos católicos sustentados numa concepção ultramontana que, no início do século XX, assumiu uma face integrista, articulando a nação, o povo e a religião numa espécie de santíssima trindade, três partes em uma. Daí a sustentação de que o “reformismo confiscatório” de João Goulart não poderia se harmonizar com o “genuíno povo brasileiro”.

Por seu turno, a matéria que fechou a edição 161, intitulada “A revolução anticomunista, glória do povo brasileiro”, também tratou de externar a posição da revista, desta feita a partir do editorial. Nessa matéria, Catolicismo deixou claro que a derrocada de João Goulart acabou sendo uma consequência dos embates comunismo x anticomunismo. O comunismo encarnado no próprio Jango, nas suas reformas e em seus aliados e, o anticomunismo, estabelecido como pertencente à essência do povo brasileiro. Sobre João Goulart, aliás, o editorial foi incisivo na acusação da sua responsabilidade (direta ou indiretamente) e da suas intenções em não somente abrir as portas para o comunismo, mas, entregar o país aos comunistas. Se baseando nas notícias veiculadas pelos jornais do país, o editor afirmou: “o Sr. J. Goulart montara – ou ajudou a montar – no Brasil todo, um imenso dispositivo destinado a nos atirar ao comunismo”. O texto também procurou demonstrar as estratégias utilizadas para a implantação comunista, as quais partiam do governo destituído, que sinalizam a construção do comunismo enquanto uma força capaz de atrair suas “vítimas”: “Toda a sedução do ouro, do poder, da força, foi empregada para atrair as classes populares, especialmente os sargentos e os trabalhadores” (EDITORIAL, A revolução anticomunista, glória do povo brasileiro, 1964c).

Construiu-se, portanto, a imagem dessa polarização e que foram os anseios de uma população católica que acabou mobilizando as autoridades constituídas: “Que alegria

sentimos nestes dias, em sermos católicos e brasileiros. Pois nestes dias precisamente, se pôs a lume toda a fibra católica da Nação” (EDITORIAL, 1964c). Nesta perspectiva, todo e qualquer sinal de um posicionamento que ferisse ou questionasse atributos inerentes à moral e ética católica prontamente eram qualificados como sendo motivado por concepções comunistas. A partir desse entendimento, a presença comunista no Estado e na sociedade ainda (depois do golpe) era motivo de inquietação por parte de Catolicismo.

A preocupação com o futuro do país determinou, de certa forma, uma cobrança direcionada ao novo governo para que a ameaça comunista fosse afastada de maneira definitiva. Ao saudar o “ilustre cabo de guerra Marechal Humberto Castelo Branco”, o editorial se pronunciou defendendo que a “limpeza” deveria ser o norte de atuação do novo presidente,

[...] sobre cujos ombros pesa a grave e nobre responsabilidade de levar a termo a tarefa do expurgo anticomunista [...] que Nossa Senhora Aparecida, Rainha do Brasil, o favoreça notadamente com as graças da sagacidade e de força necessárias para bem separar o joio do trigo, com vistas à grandeza genuína e cristã da Terra de Santa Cruz. (EDITORIAL, 1964c)

Da mesma forma que cobrou uma atuação forte do futuro presidente, o editorial também defendeu que a nação devesse permanecer alerta e vigilante em relação aos “elementos cuja solidariedade com o esquerdismo, em dias de Jango, a preocupou”. Mais do que generalizar os “culpados” em torno do “esquerdismo”, Catolicismo indicou dois personagens pela sua postura em relação a Fidel Castro: “os ex-Ministros San Thiago Dantas e Afonso Arinos. Qual o brasileiro anticomunista que não censurou a atitude desses Srs. Em face do execrável tiranite Fidel Castro?” (EDITORIAL, 1964c).

Além de demonstrar, identificar quem eram os comunistas, as suas práticas e estratégias, o editorial seguiu a argumentação no sentido de demonstrar quais deveriam ser as atitudes dos anticomunistas. Essa postura discursiva permite, de certa forma, apreender um modelo de atuação que, no sentido inverso, também preconiza um dispositivo de vigilância *panóptica*¹⁵, que tenha como consequência identificar e fazer aparecer aqueles que não se enquadrariam numa prática veementemente anticomunista. O próprio editorial questionou:

¹⁵ Segundo Foucault (2003: 103) “o panoptismo é um dos traços característicos da nossa sociedade. É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas”. A partir dessa definição, aponta-se um sutil deslocamento: Não mais uma sociedade sendo vigiada pelo poder da “torre central”, ou por uma “força externa”, mas uma sociedade que se auto disciplina a partir dos muitos que vigiam “poucos” (aqueles, obviamente, que não obedecem aos padrões).

“Mas, dirá alguém, em que consiste na prática uma conduta anti-socialista?”. Na resposta, a defesa daquilo que seria um modelo de atuação verdadeiramente anticomunista: “é opor uma resistência obstinada e total às reformas de base socialistas e anticristãs” (EDITORIAL, 1964c). Portanto, a pessoa que simpatizasse com as reformas de base, mesmo não tendo qualquer vinculação com o comunismo, obrigatoriamente, na perspectiva de Catolicismo, estaria atuando de maneira equivocada daquilo considerado enquanto um verdadeiro anticomunista, sendo, portanto, passível de ser acusado, identificado enquanto um colaborador do comunismo, quando, não raro, um próprio comunista.

Considerações Finais

O artigo apresentou aquilo que pode ser considerado enquanto uma primeira interpretação do Grupo de Catolicismo acerca do processo político instaurado a partir da destituição de João Goulart, em 1964. Os limites deste trabalho não impediram que alguns aspectos dessa interpretação fossem ressaltados, especialmente o modo como o Grupo construiu e divulgou uma estreita articulação entre o governo deposto e o perigo comunista, ao menos no período imediatamente posterior ao golpe. A forma com que Catolicismo interpretou o regime autoritário instaurado e como a questão comunista foi percebida ao longo desse novo cenário político são questões ainda abertas para futuras investigações. Do ponto de vista da edição de maio de 1964 é possível trabalhar com a hipótese de uma intensificação da postura anticomunista, fornecendo, juntamente com outros setores conservadores, as bases de legitimidade para o endurecimento do regime. Mas essa é outra face desta história.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Entrevista. In **Revista de Teoria da História**. Ano 2, Número 5, Universidade Federal de Goiás, 2011.
- BEOZZO, José Oscar. **O Golpe dividiu a Igreja e a sociedade**. IHU, Ano I, n. 4. 2005.
- BETT, Ianko. Concílio Vaticano II e o anticomunismo católico no Brasil e na Argentina. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 24, p. 1169-1196, dez. 2011
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião (PPCIR), Universidade Federal de Juiz de Fora. 2009
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.
- _____. **O mundo como representação**. Estudos Avançados 11 (5), 1991.

EDITORIAL. O magistral estudo de Plínio Corrêa de Oliveira. **Catolicismo**, Nº 161, maio de 1964a.

_____. Janguismo sem Jango. **Catolicismo**, Nº 161, maio de 1964b.

_____. A Revolução anticomunista. Glória do povo brasileiro. **Catolicismo**, Nº 161, maio de 1964c.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. A Liberdade da Igreja no Estado Comunista. **Catolicismo**, Nº 191, maio de 1964.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1945-1964. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

SIGAUD, D. Geraldo de Proença. Oportunas declarações de um prelado. **Catolicismo**, Nº 161, maio de 1964.

ZANOTTO, Gizele. **Tradição, Família e Propriedade (TFP): as idiossincrasias de um movimento católico (1960 – 1995)**. Doutorado, Florianópolis, UFSC, 2007.

_____. Plínio Corrêa de Oliveira e a TFP: um reacionário a serviço da contra-revolução. In **Esboços**. v. 9, n. 9. 2001.